



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo III

O Socialismo no Mundo Contemporâneo

Aula 5

Experiências de Socialismos em Estados Democráticos

Oswaldo Coggiola¹

Apresentação

O socialismo não se impôs politicamente só através de revoluções, mas atuou e, à vezes, conduziu processos políticos em muitos países do mundo, com maior ou menor força. Nessa aula serão analisadas as experiências significativas das duas correntes mais expressivas: atuação dos partidos socialistas e de partidos sociais-democratas do século XX.

A Internacional Socialista

A entidade conhecida hoje como Internacional Socialista (IS) foi fundada em 1889, em Congresso celebrado em Paris. Friedrich Engels estava presente ao Congresso, mas já não Karl Marx, morto em 1883. A IS sucedeu à Associação Internacional dos Trabalhadores, dissolvida em 1872, após a derrota da Comuna de Paris. Por isso foi também chamada de *Segunda Internacional*.

¹ Professor titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).



Nos primeiros anos da década de 1860, acontecimentos ocorridos no cenário internacional fizeram com que lideranças sindicais e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse as forças e militantes que estavam a favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas. O resultado disso foi a criação da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em Londres, no St. Martin Hall, no ano de 1864. Naquele ano, um pouco antes da fundação da Internacional, em julho, houvera a morte de Ferdinand Lassalle, o líder dos socialistas alemães, fundador da primeira organização política de trabalhadores na Alemanha (a *Allgemeinen Deutschen Arbeitervereins*).

Em 1870 eclodiu a guerra franco-prussiana, que culminou, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã, e a explosão da Comuna de Paris, que durou de março a maio de 1871, e foi “o primeiro governo operário” (ou ditadura do proletariado) da História, nas palavras de Marx. Em 1871, portanto, quando caíram os últimos *communards* transpassados pelas balas da reação francesa, encerrou-se um capítulo da história do movimento operário e socialista mundial. Uma cortina de violência desceu sobre o cenário político europeu. Liberais e conservadores, republicanos e monarquistas se uniram numa nova santa aliança contra o proletariado revolucionário e sua representante maior a Associação Internacional dos Trabalhadores, posteriormente conhecida como I Internacional.

No ano seguinte reuniu-se em Haia o último congresso da Internacional em solo europeu. Por proposta de Karl Marx, o seu conselho-geral foi transferido para os Estados Unidos. Ele queria com isto protegê-lo dos ataques da reação e também da ação desagregadora dos anarquistas, que ameaçavam assaltar a direção da organização. A Internacional ainda viveu debilmente mais alguns anos; até que, em 1876, diante dos reveses sofridos pelo movimento operário e socialista, o Congresso de Filadélfia decidiu pela sua dissolução.

No entanto, profundas modificações já estavam se gestando no seio do capitalismo. Estas teriam importantes conseqüências para o movimento revolucionário em todo o mundo. O fim da década de 1870 e o início da década seguinte foram um período de rápido desenvolvimento econômico, em especial na Alemanha. A produção se concentrou cada vez mais em grandes centros industriais. Forjou-se uma classe operária numerosa e com elevado espírito de organização e de luta. Somente na Fábrica Krupp, em Hessen, concentravam-se mais de 45 mil operários. As bases



sociais para a construção de um amplo movimento de massas proletárias guiado pelas idéias socialistas já estavam dadas.

Neste período surgiram os primeiros partidos políticos independentes, e de massa, do proletariado. Em 1875, no Congresso de Gotha, as duas organizações políticas dos operários socialistas da Alemanha, os eichenianos (marxistas) e lassalianos, fundiram-se em um único partido. Nasceu assim o Partido Social-Democrata da Alemanha. Apesar das críticas da Marx e Engels ao programa aprovado, no qual os socialistas internacionalistas haviam feito concessões injustificáveis às idéias de Lassalle, ele representou um importante acontecimento para o proletariado alemão. Este agora dispunha de um forte instrumento para se lançar mais decididamente a luta política.

Nos anos seguintes foram formados partidos socialistas, na França, Áustria, Espanha, Itália, EUA, Inglaterra e Rússia. A maioria destas organizações nasceu sob o signo da teoria marxista. Pouco a pouco foi surgindo a necessidade de agrupar todas estes partidos em uma nova organização de caráter internacional, que pudesse unificar e direcionar as diversas lutas nacionais no sentido de superar a dominação e a exploração capitalista em escala mundial.

É nesse contexto do final do século XIX que a luta dos trabalhadores contra a exploração se materializa numa grande manifestação em Chicago (EUA), em 1886. Uma grande manifestação foi marcada para o 1º de maio de 1886. A polícia norte-americana, instrumento do patronato contra a organização dos trabalhadores, reprimiu brutalmente a manifestação; os trabalhadores se defenderam e atacaram os policiais, mas a força repressiva foi muito maior. O número de mortos nunca pôde ser apurado, muitos foram enterrados clandestinamente e inúmeras prisões foram efetuadas. Líderes como Albert Parsons, Georg Engel, Adolph Fischer, Louis Lingg e August Spies foram condenados à morte, outros foram condenados à prisão perpétua ou a penas de longos períodos.

A repressão ao 1º de Maio de 1886, em Chicago, foi o ponto alto de um processo de ataques aos trabalhadores nos grandes centros da época. Se, por um lado, inexistiam leis de proteção ao trabalho, por outro, o capital contava com leis para impedir a organização dos trabalhadores. Em muitos países, sindicatos e partidos eram proibidos ou fortemente controlados e quem tentasse organizar os trabalhadores era considerado criminoso. Na Alemanha, o partido socialista, sindicatos



e a imprensa operária foram proibidos. Nos EUA, os sindicatos sofreram um duro golpe, que só foi superado no começo do século seguinte.

Na segunda metade do século XIX, a industrialização avançara enormemente na Europa Ocidental. Desenvolveram-se as indústrias de bens de capital, produzindo em larga escala equipamentos, máquinas, navios, produtos químicos, etc, empregando uma grande massa de trabalhadores. Foi a chamada “segunda revolução industrial”, que teve seu epicentro na Alemanha, não mais na Inglaterra, onde a primeira revolução industrial se desenvolvera após 1780. Os aperfeiçoamentos tecnológicos (aumento da composição orgânica do capital) trouxeram uma inédita concentração do capital, com o predomínio de poucas grandes empresas e bancos, ou seja, o surgimento do capitalismo monopolista.

O progresso econômico levou os países capitalistas a uma competição internacional por mercados cada vez mais escassos, se medidos em relação ao potencial produtivo acumulado, acentuando-se a rivalidade entre as nações europeias na luta por mercados e áreas de investimento fora da Europa. Isso deu origem, a partir de 1870-75, à corrida imperialista que resultou na partilha da Ásia, África e América entre as potências imperialistas. O aumento da riqueza e o acentuado crescimento das organizações operárias, por outro lado, permitiram que a classe operária europeia alcançasse melhores condições de vida, com elevação dos salários e do consumo e obtivesse maiores direitos políticos, como a extensão do direito de voto a praticamente todos os homens. O desenvolvimento econômico rápido criou condições favoráveis para a formação de uma camada de operários melhor remunerada e com maiores direitos sociais. Alguns autores definiram esta camada como “aristocracia operária”. Esta, ao lado da pequena-burguesia urbana, foi a base social onde se assentou o reformismo social-democrata.

No entanto, este desenvolvimento do capitalismo europeu só foi possível graças à super - exploração das colônias e dos países capitalistas periféricos. A guerra colonial era justamente uma maneira de manter os privilégios das grandes burguesias nacionais e por sua vez era a condição para que se mantivesse o nível de vida de parcelas privilegiadas do proletariado.

Essa situação modificou o movimento operário, dividindo-o em diversas tendências conflitantes. A própria derrota da Comuna de Paris, afogada em sangue, agia como um fator de moderação em alguns setores (em outros, ao contrário, produziu uma tendência para a radicalização política). Ao lado dos grupos de marxistas que insistiam na via revolucionária para o



socialismo, surgiu outra tendência, que defendia uma posição mais moderada, afirmando que se poderia caminhar para o socialismo pela via parlamentar, utilizando-se das instituições democráticas para derrotar o capitalismo. Essa corrente moderada, que se posicionou também contra as greves gerais e as revoluções violentas, ganhou apoio entre os trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho e a classe média.

O contato entre os movimentos operários dos diversos países europeus amadureceu a idéia da criação da II Associação Internacional de Trabalhadores. As questões das conquistas políticas e econômicas do proletariado e de como se posicionar frente ao imperialismo marcaram o funcionamento dessa Internacional. A expansão da organização operária não foi homogênea, acontecendo de forma diferente em cada região, dependendo da tradição sindical e partidária de cada país: na Inglaterra, os sindicatos dos trabalhadores fabris (*Trade Unions*) foram o veículo pelo qual o socialismo se implementou; na Alemanha, o partido social democrata dirigia as organizações sindicais; ou na França, onde o socialismo e sindicalismo se desenvolveram paralelamente.

A partir de 1876 ressurgiu e se fortaleceu a idéia de ligações internacionais entre estas organizações nacionais. Em 1888, apesar da resistência da social-democracia alemã, e de Friedrich Engels, planejou-se a organização de um Congresso Internacional para o ano seguinte em Paris, comemorando o centenário da queda da Bastilha. Houve dois congressos distintos, um predominantemente marxista e outro sindicalista. O Congresso marxista foi organizado por Engels e pela social-democracia alemã, juntamente como o partido operário francês.

Engels foi o principal incentivador do conclave. Durante todo o primeiro semestre daquele ano ele se concentrou na tarefa de garantir uma maioria “marxista”. Escreveu: “Este maldito congresso e tudo que a ele se relaciona já vem a três meses tomando todo o meu tempo: escrivinhaduras, correrias, um rebuliço dos diabos”. Como propôs Engels, em 14 de julho (aniversário da revolução Francesa) reuniu-se o Congresso Operário e Socialista internacional. Este contou com a participação de 300 delegados, representando cerca de 20 países. Sem dúvida, foi o congresso internacional mais representativo já realizado pelo movimento socialista até então. Ali estavam presentes Augusto Bebel, Eduard Bernstein, Jules Guesde, Clara Zetkin, Charles Longuet, Paul Lafargue, Plekhanov entre outros. Mas Engels, o principal expoente do movimento, não pode comparecer. Após ter garantido a participação de uma folgada maioria de delegados afinados com



as teses marxistas, teve que se dedicar a outra importante tarefa: preparar para publicação dos volumes restantes de *O Capital*, a *magnum opus* de Karl Marx.

No mesmo ano, pela primeira vez, o proletariado comemorou o primeiro de maio, data do massacre dos trabalhadores de Chicago, como Dia Internacional dos Trabalhadores. Entre as resoluções práticas do Congresso fundador da Internacional Socialista, estavam os apoios à iniciativa da *American Federation of Labour* (Federação Americana do Trabalho), a AFL, que pretendia realizar uma grande manifestação no 1º de Maio de 1890, para lembrar a morte dos operários de Chicago. A Internacional Socialista aprovou a idéia e instituiu a data como Dia Internacional dos Trabalhadores, adotando como programa fundamental a luta pelas oito horas. Essa deveria ser uma grande manifestação internacional, com data fixa, de maneira que, em todos os países, e em todas as cidades, ao mesmo tempo, os trabalhadores se mobilizariam. No final, foi decidido que os trabalhadores das diversas nações teriam que “realizar esta manifestação nas condições que lhes são impostas pela situação especial de cada país”. Nascia assim o 1º de Maio, como Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores.

Engels, impressionado com a gigantesca manifestação realizada pelos operários ingleses escreveu: “Até onde meus olhos viam um mar de cabeças, 250 mil ou 300 mil pessoas, das quais três quartos eram operários. Foi a assembléia mais gigantesca de todas as que alguma vez se realizaram aqui. O que eu não daria para que Marx tivesse vivido ainda este despertar.”

Na Alemanha o Partido Social-Democrata da Alemanha (SDP), criado, como vimos, em 1875, unia as diversas correntes do movimento operário alemão. Apesar das divergências internas e da forte repressão do governo do primeiro ministro Otto von Bismarck, o SDP conheceu um enorme avanço no campo eleitoral, chegando a obter mais de 500 000 votos nas eleições de 1877 e 1 427 000 votos nas de 1890, tornando-se o partido mais forte do país. O principal teórico da social-democracia alemã foi o marxista tcheco Karl Kautsky (1854/1938).

Na Inglaterra, onde o movimento operário estava mais ligado aos sindicatos, os socialistas agruparam-se numa organização denominada "Sociedade Fabiana", que discordava de Marx em relação a natureza e ao papel do Estado. Eles acreditavam ser possível, numa democracia parlamentar baseada no sufrágio universal, chegar à igualdade social e talvez até a supressão da propriedade privada. O dramaturgo Bernard Shaw pertencia a essa sociedade, chefiada pelo casal composto por Sidney e Beatrice Webb.



Na década de 1890, ganhou corpo na Alemanha uma corrente política liderada por Eduard Bernstein (1850/1932), que propunha uma revisão minuciosa dos pontos básicos do marxismo. Ele afirmou que o avanço do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes; que o sistema capitalista não iria entrar nas crises sucessivas que o destruiriam e abririam caminho ao socialismo; e que a democracia burguesa permitiria que os partidos operários conseguissem todas as reformas necessárias para assegurar o bem-estar dos trabalhadores sem necessidade de uma ditadura do proletariado.

Na década de 1890 a Internacional decidiu a exclusão dos anarquistas, dadas as divergências ideológicas em relação à ação política, pois para eles a Internacional não deveria participar de eleições, nem participar em qualquer cargo dos aparelhos estatais. No Congresso de Zurich, em 1893, foi aprovada uma resolução que praticamente excluiu da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado. No congresso de Londres de 1896, por proposta de Liebknecht, os anarquistas foram definitivamente expulsos das fileiras da Internacional. Assim, no final do século XIX, o marxismo se consolidou como principal força política no interior do movimento operário europeu. Engels morreu em 1895.

No ano seguinte à morte de Engels realizou-se em Londres um congresso da Internacional Socialista, que consolidou, por proposta de Liebknecht a expulsão dos anarquistas das fileiras daquela organização, consolidando o marxismo como principal força política no interior do movimento operário europeu. Esta resolução acentua o que se vinha esboçando desde o Congresso de Zurique, realizado três anos antes e que havia determinado a tática que exigisse aos seus aderentes uma posição mais clara diante da luta política, inclusive parlamentar que ia radicalmente contra os princípios dos anarquistas. Nesse congresso foi dito claramente que é necessário conquistar os poderes públicos para legislar e administrar a nova sociedade, resolução que excluía da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado.

Também ali foi reconhecido o direito das nações à autodeterminação, criticando os social-democratas das grandes potencias colonizadoras, que não defendiam esse direito das colônias oprimidas pelos seus países. Azedo Gneco representou o Partido Socialista Português nesse congresso de Londres. Gneco era um operário e foi secretário geral do Partido Socialista em substituição de José Fontana. Não aderiu inteiramente às teses deste congresso, recusando aceitar



que o problema da classe operária passasse pela substituição da Monarquia pela República, nem aderindo às teses marxistas. Apenas no que à auto determinação das colônias era mais flexível preconizando algumas "melhorias" na situação dos povos coloniais. Em 1897 haveria uma cisão dentro do Partido Socialista de Portugal, quando Ernesto Silva e Teodoro Ribeiro pretenderam uma aliança com o Partido Republicano, tendo surgido uma aliança republicano - socialista.

A Internacional era politicamente heterogênea. A presença da bancada da Sociedade Fabiana inglesa era um exemplo: eles defendiam não a mudança do regime pela força ou evolutivamente, mas a implantação de uma "democracia industrial", alcançada através de um "socialismo administrativo". No caso dos possibilistas franceses, isto é, da tendência de Paul Brousse, o que pretendem era a "nacionalização dos diversos serviços públicos pela Comuna". Os sindicalistas ingleses ou franceses, com Allemagne, têm algumas posições próximas às dos possibilistas, segundo os quais, além de defenderem a ação sindical, dão primazia à luta econômica sobre a luta política. Edouard Vaillant, por sua vez, é partidário da ação direta blanquista. Muitos outros são a favor do "socialismo integral", "síntese de todas as atividades progressivas da humanidade, aspirante a se tornar um humanismo ético e social", como pensava Benoit Malon.

A diversidade de posições socialistas é fator que não pode ser menosprezado para a análise da classe operária no momento da II Internacional. Vários fatores ajudavam a compor as razões do comportamento particular de cada agremiação: os anos de existência de cada partido, o desenvolvimento industrial do país, o nível de concentração operária, a especificidade do regime público do país - democracia, regime autocrata -, a vontade revolucionária etc.

É necessário caracterizar as fases da II Internacional: 1) de 1889-1895, período de crescimento da burguesia européia, com a conseqüente ampliação numérica e organizativa do operariado; domina a idéia de que há mudança gradativa, "natural" do movimento operário, o que levará à extinção do regime da burguesia; 2) a crise de 1893 já está superada em 1895, a prosperidade econômica e a alta dos preços fazem pensar que a classe burguesa teria condições de sobreviver durante muito tempo; é o momento em que Bernstein formula a teoria revisionista; 3) a Revolução Russa de 1905 anuncia a nova fase revolucionária, e aparecem lideranças mais radicais na Alemanha (Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo), nos Países Baixos (Pannekoek), na Rússia (Lênin) e os anarcossindicalistas na França e Itália.



Outro aspecto a ser levado em conta é a caracterização dos tipos de socialismo europeu. Esquemáticamente existem quatro modalidades, se formos tomar por base as diversas posições:

1) O Partido Social-democrata Alemão serve de modelo para os Países Baixos, Finlândia, Países Escandinavos, Áustria e tem modelo organizador bastante dinâmico; também se impõe pela disciplina e pelo progresso eleitoral; é capaz de aceitar no seu quadro a corrente reformista de Bernstein e a revolucionária de Rosa Luxemburgo, impondo a mesma disciplina férrea ao seu quadro de militantes;

2) O socialismo francês era composto de linhas diversificadas. Suas origens vêm das correntes revolucionárias do século XIX, das correntes utópicas gaulesas, de uma superficial herança marxista, todas elas conflitantes entre si. Os revisionistas estão ligados à idéia de contínua progressão eleitoral e da ascensão ministerialista, como se dá com o caso Millerand, em 1899. O anarco-sindicalismo até certo momento - década de 80 e 90 do século XIX - representa também importante força política;

3) O socialismo inglês está cronologicamente ligado a movimentos amplos e a uma tradição de luta operária; o marxismo é defendido por algumas correntes, mas encontra a oposição dos fabianos. E, ao lado da corrente sindicalista tradicional- *trade unions* -, surge, no fim do século XIX, movimento operário de caráter político - Partido Trabalhista -, que une ação reivindicatória tradicional - salários, melhor condição de trabalho - com medidas nacionalizantes;

4) Na Rússia, país onde é diminuta a classe operária, em que a classe camponesa é maioria, o operariado está ligado ao populismo e, depois, ao marxismo. Esses movimentos não impedem que surjam teorias que defendam a idéia de que na Rússia o movimento revolucionário será de origem camponesa. Contra este pensamento levanta-se o marxismo nascente: Plekhanov, com o destaque que dá sobre a nascente classe operária; e Lênin, que diz ser necessário um partido forte e estruturado.

Nos anos de vida da Segunda Internacional surgiram variadas correntes estratégicas, que caracterizam determinadas posições. Mesmo que todos os partidos se dissessem marxistas e que pretendessem transformar a sociedade capitalista e burguesa em uma sociedade socialista e proletária, e ainda que o vocabulário marxista seja empregado corriqueiramente, algumas das características do comportamento das lideranças permitem distinguir a essência conservadora da



revolucionária, e também a centrista. Fazem parte da corrente centrista Kautsky e sua revista, a *NeueZeit*, os austro-marxistas vienenses que mantêm o vocabulário e a ortodoxia marxistas, especulam, porém, sobre o caráter inevitável da evolução histórica para predizer a revolução, e se limitam à prática de um quietismo de espera.

A tendência revisionista se desenvolve nos grandes partidos, na Alemanha sob forma teórica, na França e Itália pelo lado do ministerialismo, na Rússia através do marxismo legal e do economicismo; a corrente acredita que a prática da vida parlamentar poderia melhorar a situação material da classe operária; aceita manter compromisso com a ideologia nacionalista e com o imperialismo. Finalmente a tendência esquerdista é composta de grupos heterogêneos e dispersos, nos quais se destacam os partidários de Rosa Luxemburgo na Alemanha, de Lênin na Rússia, dos "tribunistas" na Holanda, dos "estreitos" na Bulgária; e fora do marxismo, os anarco-sindicalistas na França.

Esta variedade de posições estratégicas e ideológicas naturalmente se evidenciava em todos os eventos e congressos, assim como nos organismos, da Internacional Socialista. Apesar do pluralismo doutrinal, a Internacional Socialista era bastante organizada, devido principalmente ao surgimento de instituições de caráter centralizador, como o "Escritório Socialista Internacional" (BSI) e a "Comissão Socialista Interparlamentar" (CIS). Na prática, já excluídos os anarquistas, a Internacional Socialista comportava três tendências básicas: à direita o grupo revisionista de Bernstein, no centro os marxistas moderados de Kautsky e à esquerda os marxistas revolucionários liderados por Lênin e por Rosa Luxemburgo.

No início de século XX, agravaram-se as rivalidades entre os países industrializados europeus devido à competição imperialista e nacionalista, colocando-se cada vez mais real a possibilidade de uma guerra. Apesar disso, em 1899, o SPD foi palco da acirrada controvérsia política e teórica entre o revisionismo de Bernstein e a maioria do partido, liderado por Augusto Bebel. Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo não levava a monopolização crescente da economia, como afirmava Marx, mas a sua democratização, através do aumento do número de proprietários, graças à introdução das sociedades por ações. Esta tendência levaria a um fortalecimento das classes médias e não a sua redução, eliminando assim as previsões "catastróficas" de Marx sobre o choque inevitável entre burgueses e proletários. O desenvolvimento do capitalismo não levaria a crise, pois ele mesmo desenvolveria meios de controle através da



melhor organização da produção e do planejamento. O socialismo deixava de ser uma necessidade histórica para se transformar em uma possibilidade.

Este tipo de concepção levou Bernstein a elaborar uma nova tática, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. Segundo ele, seria através do voto que o trabalhador se elevaria “da condição social de proletário para àquela de cidadão”. A luta sindical por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através das reformas econômicas, para o socialismo. Na verdade estas reformas já seriam a própria realização molecular da nova sociedade socialista. É de Bernstein a frase: “o movimento é tudo e o fim nada significa”.

As teses revisionistas foram criticadas e condenadas nos congressos de Hannover (1899), de Lübeck (1901) e de Dresden (1903). O principal crítico foi Augusto Bebel, o principal expoente do socialismo alemão. “O congresso - afirmou a resolução proposta por Bebel - condena de maneira mais decidida o intento revisionista de alterar a nossa tática, posta a prova várias vezes e vitoriosa, baseada na luta de classes. Se adotarmos a política revisionista nos constituiríamos em um partido que se conformaria apenas com a reforma da sociedade burguesa. Condenamos qualquer tentativa de converter o nosso partido em um satélite dos partidos burgueses”.

Após dez anos, a autoridade conquistada pelos congressos, a ressonância das suas deliberações, dissiparam quaisquer equívocos: a nova Internacional afirmava-se como uma organização universalmente reconhecida e devia, conseqüentemente, consolidar a sua força. No Congresso Internacional de Paris (1900), foi decidida a criação da Organização Socialista Internacional (OSI): composta por dois delegados por país, com sede em Bruxelas, dispõe de um secretariado permanente, enquanto a delegação belga - Vandervelde, Servy - funcionava como Comité Executivo. Em princípio, a OSI não foi mais do que um dente da roda, mas, a seguir à nomeação de Camille Huysmans para o cargo de secretário (1905), este assegurou a continuidade das atividades da Internacional nos intervalos dos congressos; nas reuniões anuais participaram os maiores nomes do socialismo da época: Jaures, Vaillant, Guesde, pela França; Kautsky, P. Singer, H. Haase (Alemanha); Plekhanov, Lenine, pelos social-democratas russos, Roubanovitch, pelos socialistas-revolucionários da Rússia; Rosa Luxemburgo (Polónia); H. Branting (Suécia); C. Racovsky (Roménia); Keir-Hardie, Hyndman (Inglaterra); S. Katayama (Japão); V. Adler (Austria); P. Knudsen, Th. Stauning (Dinamarca); F. Turati, Morgari (Itália); M. Hillquit (E. U. A.), etc.



Efetivamente, a Internacional Socialista (ou Operária) entrava no segundo tempo da sua história: começando com a crise revisionista, foi a época em que a Internacional englobou grandes partidos nacionais, politicamente influentes, numericamente poderosos. Progresso que compensou o declínio do «messianismo» revolucionário e foi a origem de um otimismo exagerado: na prática, determinou mudanças profundas, ainda que inegáveis, na implantação, estrutura institucional e orientação da Internacional. Além disso, o socialismo saiu amplamente do Velho Continente; acentuou-se a sua penetração nas três Américas, na Austrália e mesmo na Ásia; contudo, continuava um fenômeno predominantemente europeu.

No plano institucional, o socialismo ultrapassou o estado declarativo. Disse o grande dirigente socialista francês Jean Jaurès, em 1902: «Quando o socialismo estava, sobretudo, preocupado em preparar as suas formas gerais, pôde ser útil ao fazer em qualquer espécie de congresso internacional uma revisão dos princípios. Porém, o socialismo já ultrapassou este período... É necessário que ele proceda, para cada espécie de problema, à sua análise exata e minuciosa, à crítica precisa das idéias, à procura conscienciosa de soluções».

No Congresso da Internacional Socialista, realizado em Amsterdã em 1904, a polêmica alemã teve centralidade. Desta vez o revisionismo seria condenado num tribunal internacional. Mas Bernstein e os revisionistas permaneceram nos partidos socialistas e na Internacional, inclusive na sua direção. O congresso aprovou, por unanimidade, a proposta de que em todos os países deveria ser buscada a unidade dos partidos operários e socialistas em uma única organização “visto que existiria apenas um proletariado”, mas aconselhava que esta unidade deveria se dar “sob as bases dos princípios estabelecidos pelo congresso da Internacional e nos interesses do proletariado mundial”.

A perspectiva de uma guerra européia, e mundial, abriu-se passo lentamente. A revolução democrática que eclodiu na velha Rússia czarista em fevereiro de 1905, que teve como força dirigente o proletariado, reacendeu o debate sobre o problema do reformismo e da revolução no seio do movimento socialista internacional. A revolução de 1905 ajudou a demarcar mais claramente os campos em que se dividia o movimento. De um lado, os reformistas, porta-vozes da via parlamentar e, de outro, os revolucionários.

A revolução foi o sinal de que a era do desenvolvimento pacífico do capitalismo estava chegando ao fim e se fazia necessário preparar o proletariado para os novos tempos – que exigiam



uma nova tática. A maioria dos socialistas não conseguiu compreender isto. Começou a se constituir lentamente uma ala esquerda da Internacional que seria encabeçada pelos bolcheviques e pela esquerda da social democracia alemã, dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Em 1907, reuniu-se o congresso de Stuttgart no qual a frágil maioria anti-reformista começou a se desfazer. O problema da guerra iminente começou a tomar o centro da agenda internacional do movimento socialista. A resolução sobre a guerra teve como base a moção apresentada por Bebel e afirmava que “as guerras eram próprias da essência do capitalismo e só cessariam com o seu fim” e que “os trabalhadores era as principais vítimas do conflito, portanto seus inimigos naturais”. Mas, como alertava Lênin, presente no congresso, “não continham qualquer indicação concreta sobre quais deveriam ser as tarefas da luta do proletariado”. A esquerda socialista propôs uma emenda que afirmava: “Se apesar de todos os nossos esforços a guerra eclodir é dever intervir a fim de pôr-lhe fim, e com toda força utilizar as crises econômicas e políticas criadas pela guerra pra agitar os estratos mais profundos do povo e precipitar a queda da dominação capitalista”. No entanto, já se podia sentir neste congresso que eram poucos aqueles que estavam realmente dispostos a levar até as últimas conseqüências esta resolução.

No congresso seguinte em Copenhague (1910) reforçaram-se ainda mais as posições reformistas e o problema da manutenção da paz ficou quase reduzido às pressões parlamentares em detrimento da mobilização das massas e da preparação da luta revolucionária. O começo da década de 1910 vira agravada a situação internacional, alimentada pelas contradições interimperialistas através da crise marroquina (1911), que quase levou a uma guerra entre França e Alemanha, a guerra ítalo-turca (1911), a guerra balcânica (1912). Estas eram prenúncios da guerra mundial que se aproximava e que acabaria por varrer a Europa nos anos seguintes.

Em 1912, em meio ao clima pesado da guerra iminente, reuniu-se um congresso extraordinário na Basileia, que tomou caráter de uma manifestação antibélica. Os discursos contra os preparativos da guerra eram tão eloqüentes quanto vazios de proposituras. Falava-se da utilização de “todos os meios apropriados” para conjuração do conflito e do pretenso “medo das classes governantes da revolução proletária, pois qualquer guerra pode tornar-se perigosa para elas. Que elas se lembrem de que a guerra franco-prussiana provocou a explosão revolucionária da Comuna”.

No dia 28 de junho de 1914 foi assassinado o arqueduce Francisco Fernando, príncipe herdeiro do trono Austro-húngaro. Seus assassinos eram dois nacionalistas sérvios. A Austro-Hungria declarou



guerra a Sérvia. Era dia 28 de julho de 1914. Neste mesmo dia a Rússia entrou no conflito em defesa da Sérvia ameaçada. Em seguida foi a vez da França se colocar à favor da Rússia e da Alemanha se colocar ao lado da Austro-Hungria. No dia 4 de agosto a Inglaterra entrou no conflito declarando guerra à Alemanha e à Austro-Hungria. Este era o maior conflito bélico que a humanidade havia visto até então.

Neste período, em 29 de julho, reuniu-se extraordinariamente o Comitê Executivo da Internacional. Nele o representante alemão ratificou as posições anteriores, de oposição à intervenção alemã e que o partido não votaria a favor dos créditos para a guerra imperialista. Ainda, mais uma vez, no dia 1º de agosto no congresso do Partido Socialista Francês, o representante alemão ratificou suas posições anti - bélicas. A realidade, porém, era bem outra. As massas operárias e o partido socialista vinham sendo, pouco a pouco, dominados pelo espírito chauvinista.

No dia 4 de agosto, para surpresa de muitos revolucionários, inclusive Lênin, os deputados socialistas do *Reichstag* votaram massivamente a favor da liberação dos créditos de guerra. Os socialistas alemães punham uma pedra sobre o seu passado revolucionário e internacionalista. Em 1914, a social democracia alemã era poderosa. Com um orçamento perto de 2 milhões de marcos, contava com mais de um milhão de filiados, mesmo tendo sofrido forte repressão no regime imperial alemão. Era a vitória do pragmatismo de direita, do oportunismo: “Desde 4 de agosto, afirmou Rosa Luxemburgo, a social democracia alemã é um cadáver putrefato.” Os socialistas franceses, por sua vez, uniram-se à burguesia francesa em defesa da pátria ameaçada. A mesma coisa fizeram os austro-húngaros, os belgas, os ingleses. Até Plekhanov, pai do marxismo russo, aderiu às teses social-patrióticas. Em diversos países os socialistas formaram alianças políticas e blocos governamentais com suas respectivas burguesias imperialistas. Mas a guerra, por outro lado, revelou para amplos setores do proletariado os limites das suas antigas direções. Abriu-se um novo período na história de luta da sua luta – o período da revolução proletária. “A II Internacional está morta, vencida pelos oportunistas”, afirmou Lênin.

A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, nos Congressos realizados a partir de 1907, era que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, deveriam aproveitar o momento para precipitar a queda do capitalismo. Entretanto, como vemos, quando em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial, os principais partidos filiados à II Internacional apoiaram seus respectivos governos e, em nome do



nacionalismo, apoiaram a ofensiva bélica de cada país, provocando o colapso da IS. Somente os partidos russo, sérvio e húngaro, além do Partido Socialista Italiano – justamente com pequenos grupos dentro de outros partidos – permaneceram fiéis aos princípios repetidamente enaltecidos pela Internacional. Lênin taxou os social-democratas de “reformistas” e “revisionistas”, anunciou a “falência da Internacional” e conclamou os revolucionários a se reunirem numa nova Internacional, a Internacional Comunista, ou III Internacional.

Os povos, até então unidos no mesmo ideal, se chacinavam mutuamente nos campos de batalha. A linha divisória até ali estabelecida, baseada na luta de classes, foi deslocada, posta à mercê dos interesses dos imperialismos em luta. Ao receber tal choque, a Segunda Internacional desmoronou. Na verdade, ela nem sequer tentou lutar. O nacionalismo e o revisionismo que a infectavam, ligaram-na intimamente ao regime existente, atrelaram-na ao carro do capitalismo com o qual ela foi arrastada no túmulo da guerra.

Parte da Bélgica havia sido ocupada pelos exércitos alemães no mês de agosto de 1914 e, por isso, o Bureau socialista não podia continuar em Bruxelas. Seu secretário, Huysmans, partiu para Haia e lá reorganizou o Bureau com os membros dirigentes do Partido Socialista Holandês. Entretanto, Vandervelde entrava para o governo belga. Huysmans tentou convocar uma Conferência Internacional, mas sem resultado. A essa Conferência, que se reuniu em 1917, em Copenhague, só compareceram representantes dos países neutros. A Conferência dirigiu aos socialistas dos países beligerantes um apelo a favor da paz. No dia 17 de fevereiro de 1918, os socialistas dos países "aliados" realizaram uma Conferência em Londres e exigiram a continuação da guerra.

Os bolcheviques e os mencheviques russos não participaram. Nos dias 12 e 13 de abril do mesmo ano, os socialistas alemães e austríacos reuniram-se, por sua vez, na Conferência de Viena. Mas, pouco a pouco, grande número de socialistas começaram a compreender que trilhavam por um caminho errado, que traíam as suas convicções, e, por isso, procuravam voltar a um ponto de vista internacionalista.

Os primeiros sintomas da cisão no campo socialista internacional foram as Conferências de Zimmerwald e de Kienthal. Em setembro de 1915, os socialistas revolucionários russo (Lênin, Trotsky, Zinoviev, Radek), alemães (Ledebour, Hoffmann), franceses (Blanc, Brizon, Loriot), italiano (Modigliani), búlgaros como Khristian Rakovski, assim como os representantes do movimento socialista de alguns países neutros, reuniram-se em Zimmerwald, na Suíça,



denunciaram energicamente o caráter imperialista da guerra mundial, a traição dos “socialistas de guerra”, e exigiram a aplicação prática das decisões dos Congressos internacionais. Uma Conferência análoga reuniu-se em Kienthal (Suíça), no mês de abril de 1916. Esta Conferência lançou um apelo aos trabalhadores dos países beligerantes, convidando-os a lutar para pôr termo à guerra. Os delegados ingleses não compareceram a nenhuma dessas duas Conferências, porque o governo inglês lhes recusou os passaportes. Em março de 1917, quando a Revolução Russa estalou, Huysmans convidou a Segunda Internacional a se reunir em conferência na cidade de Estocolmo. Mas, como os governos franceses e ingleses não quiseram fornecer passaportes aos delegados, a Conferência não se realizou. Nesse ínterim, as correntes oposicionistas reforçavam-se cada vez mais nos países beligerantes. Na Alemanha, Karl Liebknecht e Otto Rühle foram os primeiros que se pronunciaram contra a “União Sagrada” (em dezembro de 1914) e que se ergueram contra a política guerreira do Partido Social-Democrata.

Eram apoiados por Rosa Luxemburgo, Leo Jogiches e Franz Mehring, que, em março de 1915 fundaram a revista *A Internacional* e, pouco depois, a Liga Espártaco (*Spartakusbund*). Um ano decorrido, o Partido Social-Democrata alemão cindiu-se. Dezoito deputados da fração parlamentar, dirigidos por Haase, fundaram a Comunidade de Trabalho Socialista, que em abril de 1917 deu origem ao Partido Socialista Independente (USPD). Este, em colaboração com a Liga Espártaco, trabalhou para mobilizar as massas contra a política de guerra do velho Partido.

Em França, formou-se também uma oposição, sob a direção de Jean Longuet. Durante muito tempo, essa oposição lutou contra a maioria, até que um dia a minoria tornou-se maioria no Congresso de Paris (18 de outubro de 1918). Mas a oposição francesa era muito menos revolucionária que a do Partido Socialista Independente Alemão.

A nova Internacional seria finalmente fundada em 1919, em Moscou, como Internacional Comunista (IC). Os bolcheviques enfatizavam a significação internacional do poder soviético e dos fundamentos da teoria e da tática bolcheviques. Os comunistas dos outros países, como o italiano Gramsci, viam no *soviet* russo “um exemplo de valor universal”.

Em dezembro de 1918 tomou-se a decisão de convocar uma “conferência socialista internacional”. Ela reuniu-se finalmente em março de 1919 em Moscou: apesar de sua escassa representatividade, ela foi proclamada I Congresso da Internacional Comunista. No verão de 1920, a IC reuniu seu II Congresso, já com representantes do SPD Independente (cisão de esquerda do



partido socialista alemão), da SFIO (partido socialista) francesa, dos *shop stewards* (delegados fabris) da Inglaterra, da anarco-sindicalista CNT da Espanha.

A simpatia do operariado europeu pela revolução russa levou os dirigentes de organizações tão heterogêneas a aceitar as “21 condições”, que procuravam disciplinar os aderentes ao bolchevismo, afastando os dirigentes “oportunistas”. Na Rússia e fora dela não se distinguia o interesse do Estado revolucionário da revolução mundial. Para os comunistas do período da guerra civil, o internacionalismo era menos servidor do estado soviético do que o estado soviético servidor do internacionalismo.

Os acontecimentos na Alemanha foram o centro da onda revolucionária europeia de pós-guerra. Em novembro de 1918, o motim dos marinheiros de Kiel coincidiu com a decisão do Estado Maior do Kaiser de pedir o armistício. Em poucos dias, a Alemanha ficou coberta de conselhos de operários e soldados: o novo chanceler do Reich, o socialista Friedrich Ebert, foi nomeado também presidente do “Conselho dos Comissários do Povo”, no qual estavam representados os dois partidos socialistas: o “oficial” (SPD) e o “independente” (USPD), mais à esquerda.

A Liga Espártaco, de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, fazia parte do USPD: só se tornaria partido comunista (KPD) em dezembro desse ano. O SPD, majoritário nos conselhos e sustentado pela Entente e a burguesia alemã, estava vinculado em segredo à chefia das forças armadas. Fazendo concessões econômicas (jornada de trabalho de 8 horas) o governo socialista afastou o “perigo” do armamento do proletariado, e conseguiu isolar os espartacistas. Convocada uma Assembléia Constituinte, ela foi denunciada pelos comunistas como uma tentativa de desviar a revolução: o USPD se afastou então do governo. Em janeiro de 1919, a revogação do prefeito, da USPD, de Berlim provocou grandes manifestações: Liebknecht chamou a formar um governo revolucionário. O ministro de guerra do SPD, o social-democrata Noske, convocou a Berlim os Corpos Francos, treinados no combate de rua, que restabeleceram a “ordem” e assassinaram Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

Mas, na Itália, já se mostrava também a força do movimento nacionalista, em especial do partido fascista de Benito Mussolini (ex-diretor do *Avanti!*, jornal socialista) que chegaria ao poder em 1923. Mobilizações revolucionárias também aconteceram na Inglaterra, com motins de soldados e marinheiros. Para quebrar a greve geral de janeiro de 1919 na Escócia (pelas 40 horas semanais), o governo, que já condenara o dirigente comunista Mac Lean a cinco anos de trabalhos forçados,



aliou-se à direção reformista dos sindicatos ingleses. Na França, o governo concedeu a semana de 40 horas depois de uma onda de greves e da revolta da frota do Mar Negro, chefiada pelos comunistas André Marty e Charles Tillon.

Na Espanha, começou o “triênio bolchevique”: em Barcelona, a CUT obteve aumentos salariais e a jornada de 8 horas. Mas a greve geral impulsionada pelos anarquistas fracassou: o governo retomou a iniciativa e impôs a lei marcial. Na Polônia apareceram, desde novembro de 1918, conselhos operários, em Lublin e na efêmera “república vermelha de Dombrowa” no sul: tudo concluiu numa feroz repressão de um exército reequipado com ajuda externa.

Em toda a Europa, a finais de 1919, a revolução parecia contida, às vezes ao custo de uma inédita repressão social. Confiada, em 1920, a extrema-direita alemã, chefiada por Kapp e apoiada nos Corpos Francos, deflagrou um golpe de estado, derrotado pela greve geral operária: os “conselhos” reapareceram. O USPD decidiu então aderir à Internacional Comunista: nascia um PC de massas na Alemanha que, em 1921, achou-se forte o suficiente como para lançar uma insurreição própria (a “ação de março”), cujo fracasso não impediu o início de uma espécie de guerrilha urbana. Em agosto-setembro de 1920, também, se produziu a greve com ocupações de fábrica de Torino, na Itália, inspirada pelos comunistas de *L'Ordine Nuovo*, com Gramsci e Bordiga: o governo Giolitti só conteve o movimento aceitando o “controle operário” e aliando-se aos dirigentes sindicais moderados.

Algumas tentativas sem sucesso foram feitas durante a guerra mundial, particularmente por partidos de países neutros, para reviver a Segunda Internacional, cujo Bureau Internacional se transferira para a Holanda. Em 1919, porém, numa conferência em Berna, foi reconstituída uma pálida versão da antiga Segunda Internacional (a “Internacional de Berna”), que realizou seu primeiro congresso em Genebra, no ano seguinte, contando com a representação de 17 países. Em 1921, os socialistas de esquerda de dez partidos, inclusive o Partido Social-Democrata Independente Alemão (USPD), o Partido Social-Democrata Austríaco (SPÖ) e o ILP inglês, reuniram-se em Viena para constituir a União Internacional de Trabalhadores dos Partidos Socialistas (“União de Viena”), apelidada de “Segunda e Meia Internacional” (Internacional 2 ½, em relação à III Internacional, fundada logo após a Revolução Russa).



Essa associação considerava-se como o primeiro passo para uma Internacional ampla e, em 1923, num congresso realizado em Hamburgo, uniu-se à Segunda Internacional, revivida para formar a Internacional Trabalhista e Socialista.

Surgiram, então, novas formas políticas de contenção da revolução, ditaduras bonapartistas, com participação do exército, e os primeiros regimes fascistas, dos quais o italiano de Mussolini (1923) seria o modelo, com sua exaltação da “nação proletária”, e do combate à “plutocracia” e ao parlamentarismo. Tratava-se de um novo tipo de reação política, combinando temas nacionalistas e “socializantes”, que os marxistas terão dificuldades em analisar.

A outra arma decisiva do fascismo, os “grupos de combate” contra o movimento operário e a esquerda, contava com a cumplicidade do Estado, em especial do alto mando militar: bem sucedida na Itália, ela também foi usada em larga escala na Bulgária (onde em 1923 se instaurou um regime proto-fascista com o czar Boris III e o professor Cankov) e na Espanha, com o surgimento de milícias privadas e o assassinato de Salvador Seguí em 1923. Os governos “de esquerda”, por sua vez, faziam concessões sociais (salário mínimo, nacionalizações, impostos sobre o capital) com o objetivo de isolar a “subversão” e o “comunismo”.

Na Inglaterra, o governo *Lib-Lab* (os trabalhistas passaram de 69 deputados em 1918, para 142 em 1922) de Ramsay MacDonald chegou a reconhecer diplomaticamente à URSS. Na França, o “Cartel das Esquerdas”, promovido pela SFIO com os radicais, antecipou as futuras “Frentes Populares”, com concessões sociais (laicidade escolar, jornada de 8 horas), e também com uma campanha “anti-vermelha” (provocação contra o PC a partir de uma falsa “carta de Zinoviev”, dirigente da IC, que supostamente proporia um plano insurrecional para a França).

Na década de 1930, depois da vitória do fascismo na Itália (1923) e do nazismo na Alemanha (1933), as mobilizações revolucionárias dos trabalhadores se concentraram no Sul da Europa. Na Espanha, decretou-se a anistia dos presos políticos da revolução de outubro de 1934 e voltou à pauta imediata a reforma agrária. Também na Espanha a vitória eleitoral da Frente Popular deu lugar a ações espontâneas dos trabalhadores, mas era inevitável, que, nesse país, as polêmicas sociais e políticas teriam de assumir caráter bem mais duro do que na França. As revoltas dos camponeses, visando acelerar a reforma agrária, os movimentos grevistas dos trabalhadores industriais e rurais se alternavam com manifestações anticlericais no interior; as associações católicas e fascistas reagiam em contra-ações. O êxodo de capitais chegou a ser dos mais



consideráveis. Os generais, as organizações fascistas, os partidos monarquistas - que desde as guerras carlistas da terceira década do século XIX estavam em desunião - os latifundiários aristocráticos, parte do alto clero e da burguesia-mor começaram a preparar uma nova ditadura militar. Em 17 de julho de 1936 as forças armadas deram um golpe de Estado, apoiados pela maioria dos quadros estatais, da gendarmaria e da maior parte da magistratura, todos unidos contra a República.

Os trabalhadores de todas as tendências políticas se uniram no país todo em defesa de suas liberdades. Na maior parte das cidades grandes e em muitas partes do interior conseguiram derrotar as forças armadas e a gendarmaria. Ali erigiram suas próprias administrações, pois se fragmentara totalmente o obsoleto mecanismo administrativo do poder público. Inicialmente os trabalhadores não possuíam nem armas nem organização militar capaz de enfrentar um exército. Graças à ajuda recebida da Alemanha e da Itália, os generais sublevados lograram trazer da África para a Espanha tropas de sua confiança - a Legião Estrangeira espanhola e unidades marroquinas - para a reconquista do país numa luta contra a própria população.

Nessas circunstâncias a subsistência da República espanhola dependia totalmente de saber se encontraria uma solidariedade por parte dos movimentos trabalhistas europeus e dos países democráticos igual àquela que os generais espanhóis haviam encontrado por parte de Berlim, de Roma e do Vaticano, cuja política exterior era determinada pelo Cardeal-Secretário de Estado que mais tarde viria a ser o Papa Pio XII.

Exigiam os trabalhadores franceses que o seu governo da Frente Popular liberasse a exportação de armamentos para a República espanhola. Mas os radical-socialistas franceses temiam essa medida; receavam virem a ser arrastados a uma guerra contra a Itália e a Alemanha. O governo conservador inglês de Baldwin, em 8 de agosto de 1936, exigiu peremptoriamente que a França proibisse quaisquer exportações de armas para o governo legal espanhol, sob pena de a Inglaterra denunciar as obrigações decorrentes dos acordos de Locarno, entre França e Inglaterra. Mesmo a URSS se manifestou dubiamente quanto à atitude que, em caso de uma guerra devido a fornecimentos de armamentos à Espanha, poderia vir a adotar. Foram suspensos os fornecimentos franceses de armas, o que deixou a República Espanhola em situação de inferioridade, vindo a ser derrotada pelos nacionalistas de Franco, em 1939. Uma nova guerra mundial amanhecia. O fascismo parecia tomar conta da Europa. A Internacional Socialista deixou de funcionar em 1940.



Na Escandinávia, entretanto, a social-democracia acedia ao governo e iniciava uma trajetória que se concretizaria no mais simbólico “Estado bem-feitor” do segundo pós-guerra. Muito antes de os sindicatos europeus e americanos terem se tornado reformiss, a C. G. T. sueca (em 1922) põe em guarda os trabalhadores contra todas as táticas que terminariam por «reduzir a capacidade geral de produção das indústrias. Porque a condição primeira para que a situação econômica dos trabalhadores possa melhorar é que o trabalho tenha uma produtividade suficiente».

A «sabedoria» do sindicalismo operário corresponde a vontade construtiva do movimento cooperativo. De 250.000 aderentes em 1920, passa para 622.000 em 1937, para 741.000 em 1941, para 890.000 em 1945, o que corresponde à inscrição nas cooperativas de cerca de metade dos consumidores. Em 1899, foi constituído um armazém atacadista que possui entrepostos, uma fábrica de margarina, uma fábrica de moagem; uma das suas realizações mais úteis é a criação, pela União Cooperativa Sueca, de acordo com os armazéns atacadistas dos outros países escandinavos, da Sociedade Cooperativa de Lâmpadas Luma, quebrando o monopólio capitalista. A fábrica custou três milhões de coroas. Calcula-se que tenha permitido em dez anos ao consumo sueco uma economia de seis milhões de coroas. Em 1937, foi feito um acordo entre Phoebus e Luma. Esta aceita limitar as suas vendas no mercado privado, mas reserva a liberdade de desenvolve-lo no mercado cooperativo baixando os preços. Phoebus compromete-se a não subir os seus preços, exceto por elevação de custo da matéria-prima.

Em ligação com as cooperativas trabalham assim uma caixa de crédito e várias companhias de seguros. Os laços estreitos que unem os sindicatos e as cooperativas contribuem não só para dar aos militantes sindicalistas uma certa formação econômica, como também para desenvolver o receio da inflação. Se sindicatos e cooperativas optaram assim por um reformismo construtivo, qual é o papel do Partido Social-Democrata? Vizinhos da Alemanha, influenciados de origem pelo modelo alemão, os dirigentes socialistas da Suécia romperam com a ideologia marxista. Palme, que foi o verdadeiro introdutor do socialismo na Suécia, sofrera sobretudo a influência de Lassalle. Dizia-se de Hjalmar Branting (1860-1925), que lhe sucedeu à testa do partido, que era o “Jean Jaurès” sueco. Mas, já nessa época, surgem na social-democracia da Suécia e da Noruega (esta encabeçada por Trygve Lye, que seria um dos principais dirigentes da ONU no segundo pós-guerra) algumas interpretações - que em nossos dias tentam ser “originais e pioneiras”, mas são bem velhas, de que a sociedade atual já não é mais capitalista.



A II Guerra Mundial deixou um lastro de sangue e morte maior do que a primeira, num cenário mundial ampliado consideravelmente. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a luta do proletariado e dos movimentos políticos que o representavam passava a ser a luta contra o nazifascismo. Desaparecem as preocupações teóricas mais elaboradas e os intelectuais se colocam a serviço dessa luta. Mais uma vez a força das armas substitui a força das idéias.

Terminado o conflito, cujos resultados catastróficos foram ainda maiores do que os anteriores, emergiu uma nova situação na economia mundial. Contudo, do ponto de vista da economia política burguesa, há como que uma retomada de teorias que haviam despontado já nos anos vividos entre a crise de 1929 e a eclosão da guerra. Ressurgem, de forma retocada, as grandes linhas teóricas que irão embasar as novas políticas econômicas destinadas à reconstrução de todo o mundo capitalista.

Na Europa ocidental, com o Plano Marshall, os Estados Unidos promovem, através de grandes intervenções estatais (o Estado ainda como principal agente econômico) o redirecionamento das economias nacionais para novas formas de produção capitalista. No Japão, usando o Estado, controlado pela sua força militar de ocupação, os Estados Unidos promovem uma verdadeira revolução burguesa capitalista.

Os Partidos Socialistas ou Trabalhistas continuaram a atuar durante a II Guerra, abertamente ou na clandestinidade (casos da Alemanha, Itália, dos países fascistas ou ocupados pelas tropas do Eixo). Na Inglaterra, o *Labour Party* inglês, em 1940, depois da derrocada da França e da queda de Chamberlain, havia ingressado no gabinete de Churchill, onde chegou a iniciar, conjuntamente com intelectuais liberais, consideráveis reformas sociais. O *Plano Beveridge* foi elaborado em 1942 sob a égide do Ministro do Trabalho socialista Ernest Bevin; a reforma democrática do sistema de ensino começou em 1944 com a *Education Bill*.

Após o término da guerra, no entanto, o *Labour Party* não mais quis prosseguir na coligação. Nas eleições parlamentares de 5 de julho de 1945 logrou uma vitória espetacular. Com quase 12 milhões de votos, a sua posição havia melhorado por um total de 3,6 milhões de votos em relação às últimas eleições do ano de 1935, passando a dispor, pela primeira vez na história do partido, de uma maioria absoluta no Parlamento. O governo trabalhista chegou ao poder num momento em que a situação econômica do país cerceava grandemente a sua capacidade de atuação. Apesar de tudo isso pôde o Gabinete Attlee introduzir grandes reformas em matéria de política



interna a favor da classe trabalhadora e em prol da democratização da Inglaterra. O serviço público de saúde sem caráter de seguro, criado pelo Ministro da Saúde Ernest Bevin, foi uma medida tão exemplar em matéria de política social, que, apesar da intensa oposição inicial ao mesmo por parte dos médicos e dos partidos burgueses, os conservadores não ousaram revogá-lo.

A estatização da mineração do carvão, em grande parte já tornada antieconômica devido às suas deficiências de ordem técnica, a estatização do Banco da Inglaterra, do sistema de transporte e da siderurgia constituíram outras tantas incursões de medidas socialistas na ordem econômica britânica. A *Educacion Bill* foi consideravelmente melhorada, abrindo-se a oportunidade do acesso às universidades aos filhos especialmente dotados de trabalhadores. Mas os governos trabalhistas de 1945-1951 ainda assim não lograram modificar basicamente a estrutura classista da sociedade britânica. A difícil situação econômica do país impôs o racionamento dos bens de consumo, devido a que o governo perdeu o apoio das classes médias, não ousando, por outra parte, entusiasmar a classe operária por uma política diretamente revolucionária, que em seu bojo teria que arrastar também os burocratas. É verdade que foi sob o governo trabalhista que a Inglaterra chegou a solucionar, até hoje como único país, sem maiores problemas, a questão da emancipação de grandes nações, até então subjugadas colonialmente. Em 15 de agosto de 1947, a Índia, o Paquistão e o Ceilão conquistaram a posição de membros soberanos integrais das Nações Unidas, e integrantes do *Commonwealth* britânico, em condições de igualdade com a própria Inglaterra.

A pressão em matéria de política exterior dos EUA, e a situação econômica da Inglaterra, contudo, condicionaram o gradativo esvaziamento da posição de independência do país em matéria, primeiramente, de sua política face à Alemanha, e, a seguir, em matéria de política do Leste europeu. O mesmo governo trabalhista, que na própria Inglaterra havia nacionalizado a produção de ferro, aço e carvão, se viu obrigado a ceder às pressões dos Estados Unidos e chegar a proibir à Assembléia Legislativa do Estado federado alemão da Renânia do Norte e Vestfália a concretização das medidas de socialização que ali vinham sendo exigidas, não só por parte dos dois partidos trabalhistas, mas até mesmo pela ala de empregados da União Democrática Cristã (CDU).

Os planos do chefe socialista do Escritório Econômico para a zona de ocupação britânica, Dr. Victor Agartz, finalmente caíram por terra, quando do enquadramento da zona nas "instâncias bizonais" sob a égide norte-americana. Passado mais algum tempo, viu-se também a Inglaterra



forçada a colaborar nas medidas militares dos americanos contra a União Soviética, a ingressar no Pacto de Bruxelas e a incorrer em elevados gastos de armamentistas.

Seguiu-se a anuência, finalmente dada a instâncias americanas, à definitiva divisão da Alemanha mediante a criação da República Federal da Alemanha, deliberada na Conferência de Londres, realizada em fevereiro de 1948 com a exclusão da União Soviética, em flagrante contradição com o pactuado no Acordo de Potsdam e com as deliberações das quatro potências de ocupação, de junho de 1945. No dia 4 de abril de 1949 a Inglaterra ingressou na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico-Norte), passo esse caracterizado pelo Ministro do Exterior Devin como "*resolute acceptance of American leadership*" ("decidida aceitação da liderança americana").

Não foi a menor das ironias o fato de figurar o Portugal fascista de Salazar entre os membros fundadores desse Pacto, que, segundo o seu Preâmbulo, deveria servir à "defesa dos princípios da democracia". Pelo menos teve o governo trabalhista inglês ainda coragem suficiente para aceitar o triunfo da Revolução chinesa e de reconhecer a República Popular da China. Nas eleições para a Câmara dos Comuns de 1950, ainda assim, o *Labour Party* conseguiu aumentar o seu número de votos para 13,3 milhões, contra 12,4 milhões de votos a favor dos conservadores. A fórmula aritmética do sistema eleitoral inglês da maioria relativa, afinal, limitou a maioria do Partido Trabalhista a apenas cinco mandatos. Não demorou até que os líderes socialistas Aneurin Devan e Harold Wilson se viessem compelidos a iniciar a luta contra o prosseguimento do armamentismo.

Os comunistas, por sua vez, saem da guerra unificados e consolidados em torno do centro hegemônico soviético, e se transformam em meros apêndices da política estatal e nacional da União Soviética, perdendo até mesmo a pouca originalidade que haviam tido nos anos de entre-guerras. Evidentemente que, nessas circunstâncias, as forças – social democratas e comunistas - que tinham saído da guerra como vitoriosas, embora aliadas. a setores da classe burguesa, com os quais haviam constituído a grande frente contra o nazi-fascismo, tivessem a pretensão de novamente propor alternativas não capitalistas para a sociedade humana. Assim, acreditando nessa grande frente política democrática, nada mais natural que aspirassem alianças políticas que se encaminhassem para que fossem formados governos de coalizão entre facções da nova social-democracia e comunistas para superar os horrores deixados pela guerra.



Mas o que se colocava era restaurar e salvar a sociedade capitalista destruída pela guerra e, principalmente, evitar a ameaça provocada pela emergência dos comunistas, fortalecidos pelo fato de terem sido força saliente das resistências antinazista e antifascista, por isso reconhecidos por suas sociedades como libertadores e porta-vozes de uma alternativa para aquelas sociedades destruídas.

Na década de 1960, o papel central na Europa foi por isso assumido pela Alemanha, e o governo da social-democracia (SPD) alemã tornou-se modelo mundial do *Welfare State* (Estado de bem-estar). Previamente a isso, e como sua condição, o SPD, o partido que na polêmica sobre o revisionismo das décadas de 1890 e 1900 tinha apoiado Kautsky e condenado Bernstein, a social-democracia, no Congresso de Bad Godesberg (13-15 de Novembro de 1959), inverte a sua posição. Sem o declarar abertamente, torna-se revisionista. As teses revisionistas que, em Maio de 1958, já triunfaram perante o Congresso do Partido Austríaco, foram aí apresentadas através dum relatório de Benedikt Kautsky, filho de Karl Kautsky: «Dum partido da classe operária, o SPD tornou-se um partido do povo.»

A social-democracia renuncia a reclamar a socialização integral dos meios de produção e de colocação. O projeto do novo programa é devido a Erler. Sem dúvida será necessário nacionalizar as indústrias de base, nomeadamente as da energia. Mas as pequenas e médias empresas devem ser mantidas e mesmo protegidas contra os cartéis. A livre escolha dos consumidores, a livre escolha do local de trabalho, a livre iniciativa dos empreiteiros, a livre concorrência devem ser considerados como fatores positivos que se devem encorajar: «O Estado tanto quanto necessário; a liberdade tanto quanto possível.»

O Congresso considera que toda a economia concentrada entre as mãos do Estado destrói a liberdade. O que é preciso é edificar uma sociedade onde o indivíduo possa viver livre, consciente dos seus deveres para com a coletividade, mas capaz de influir sobre a evolução das comunidades a que pertence. Esta revisão fundamental arrasta consequências: o socialismo deve renunciar ao anticlericalismo de outrora, o que significava tornar-se potável para a Igreja protestante, majoritária na Alemanha. O SPD se alimentava do materialismo marxista; ele não procuraria agora, na nova etapa de “Bad Godesberg” propor verdades últimas; respeita as convicções que a fé pode inspirar a cada um.

O socialismo mergulha nas suas raízes tanto na moral cristã como no humanismo do século XIV e na filosofia contemporânea: «O socialismo democrático que, na Europa, encontra as suas



raízes na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica, não pretende proclamar verdades últimas, não por incompreensão ou por indiferença perante as filosofias ou as verdades religiosas, mas por respeito pelas decisões do homem em matéria de fé, decisões cujo conteúdo não deve ser determinado nem por um partido político, nem pelo Estado. O Partido Social-Democrata da Alemanha é o partido da liberdade de espírito. É constituído por uma comunidade de homens que vêm de diferentes direções de crença e pensamento. O seu acordo repousa em valores morais comuns e em objetivos políticos idênticos. O Partido Social-Democrata pretende estabelecer um sistema de vida dentro do espírito desses valores.»

Assim, enquanto reclama um estatuto legal para o objetor de consciência, o Partido Socialista abandona a velha fórmula de Marx, condenada por Jaurès, nos termos da qual «os proletários não têm pátria». Admite a necessidade da defesa nacional e a sua ação indica que esta defesa nacional pode jogar contra a URSS, Estado pretensamente socialista. Reclama a interdição das armas nucleares em geral, mas prossegue a sua fabricação na Alemanha Federal. A seguir ao Congresso de 1954, o SPD adotou um projeto que dizia: «As idéias socialistas não constituem uma religião de substituição. O movimento socialista não tem as tarefas duma comunidade religiosa».

No meio de toda esta evolução, que teve na Europa ocidental seu teatro central, deu-se a refundação, em 1951, da atual Internacional Socialista, que é uma associação livre dos principais partidos socialistas e social-democráticos em todo o mundo, com sede em Londres. A atual Internacional Socialista, portanto, foi fundada em 1951, na cidade de Frankfurt, Alemanha. Em sua declaração de princípios, a Internacional Socialista aderiu ao "socialismo democrático", reconhecendo as raízes da sua existência no movimento operário, as formas associativas de assistência mútua e de solidariedade que marcaram o início da organização dos trabalhadores e a diversas tradições humanistas. A Internacional Socialista não propõe um modelo político prático, mas sim uma forma de atuação que permita que cada partido político filiado encontre meios de contribuir para inúmeras questões que, no mundo contemporâneo, afligem a humanidade.

No Brasil o Partido Democrático Trabalhista é o único filiado a esta agremiação política, devido ao esforço de Leonel Brizola em 1978/79, ainda asilado no exterior, para juntar-se à Internacional Socialista na Europa. Com ousadia e persistência, aproximou-se dos expoentes socialistas europeus, particularmente de Mário Soares, do qual conquistou o apoio e a amizade. Miguel Arrais e Fernando Henrique tudo fizeram para neutralizar o ex-governador, inclusive com a



elaboração de um dossiê depreciativo que FHC entregou a Mário Soares. Nada adiantou; na reunião da Internacional Socialista em Viena (1979), a organização, por unanimidade, fez opção por Brizola. Segundo Luiz Mir, “na platéia, derrotados, Fernando Henrique Cardoso e Miguel Arraes assistiram ao vitorioso, discursando na condição de líder brasileiro da social-democracia e representante oficial da organização no Brasil”.

No entanto, existe no Brasil o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em 1964, com a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa dos militares de evitar a posse de João Goulart, o PSB ficou na linha de frente da defesa da legalidade. Com a posse e a implantação do parlamentarismo, figuras marcantes como Aurélio Viana, Barbosa Lima Sobrinho, Domingos Velasco, José Joffily, Jamil Haddad e Adalgisa Nery tornaram-se lideranças nacionalmente respeitadas. João Mangabeira, então presidente do PSB, foi Ministro de Minas e Energia no gabinete Brochado da Rocha e Ministro da Justiça no gabinete Hermes Lima. No movimento estudantil, a maior liderança do PSB era Altino Dantas. No movimento sindical urbano, Remo Forli. Na luta pela reforma agrária, Francisco Julião.

Em 1965, o PSB foi extinto pela ditadura militar. Em nível partidário, os socialistas atuaram dentro do MDB e nos partidos de esquerda organizados na clandestinidade até o fim do regime ditatorial. Em 1985, um manifesto encabeçado por antigos fundadores da Esquerda Democrática, de 1945 e do PSB, de 1947, solicita o pedido de reorganização do Partido. Assinam o documento Evandro Lins e Silva, Jader Carvalho, Rubem Braga e Joel Silveira. Seu programa foi o mesmo texto redigido por João Mangabeira em 1947. A primeira comissão provisória foi presidida por Antônio Houaiss. Em 1986, foi realizado o primeiro encontro nacional do partido, que elegeu Jamil Haddad presidente e Roberto Amaral secretário geral.

Em 1993, Miguel Arraes, que ingressou no PSB em 1990, foi eleito para presidir o Partido. Em 1993, Jamil Haddad integrou, por nove meses, o governo de Itamar Franco, como ministro da Saúde. Lutou pela universalização do serviço médico gratuito, público e eficiente, pela implantação do Sistema Único de Saúde, pelo fortalecimento dos laboratórios públicos. Demitiu-se por discordar da política trabalhista de Itamar, em conflito com o programa do PSB. Em 1996, o PSB emergiu das eleições municipais como o partido que obteve maior crescimento.

Em 2002, o PSB lançou o então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, candidato à presidência da República. O partido obteve 15 milhões de votos. Foram eleitos, no mesmo ano, quatro governadores, três senadores e 18 deputados federais. Em 2003, com a posse de



Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República - com o apoio do PSB no segundo turno das eleições - Roberto Amaral assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia. Mais tarde, com a reforma ministerial, assumiu o ministério o deputado federal pernambucano Eduardo Campos.

E o PT? O PT, com Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, movimentou-se para se tornar membro efetivo da Internacional Socialista. Atualmente, o partido é membro observador. O PDT continua sendo a única agremiação brasileira que integra a entidade como membro efetivo (desde 1989). Mas já se falou até na possibilidade de Lula se tornar até mesmo presidente da Internacional. "A grande mudança no mundo, nos últimos tempos, foi a eleição do presidente Lula", afirmou o socialista Soares, que integra a Internacional Socialista como dirigente. São Paulo sediou o 22º Congresso da Internacional Socialista, realizado sob a égide do PT. O PT aproveitou o Congresso da Internacional Socialista (para desgosto do finado Leonel Brizola, presidente do PDT), para apresentar a intenção de se fortalecer internacionalmente, inclusive se vinculando à IS e ao Partido Democrata dos EUA.

A Internacional Socialista agrupa hoje 161 partidos e organizações políticas de todos os continentes, 56 dos quais exercem funções governativas nos respectivos países. A 30 de janeiro de 2006, a liderança da Internacional passou do português Antônio Guterres para o grego George Papandreou. Guterres, ex-líder do Partido Socialista português e antigo primeiro-ministro, foi presidente da Internacional Socialista entre 1999 e 2005, até ser eleito para Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Sua substituição foi o principal ponto da agenda do Conselho da Internacional Socialista, que decorreu em Atenas naquela data. George Papandreou, líder dos socialistas gregos (PASOK), foi o nome proposto pela própria organização e foi o único candidato à eleição para o cargo. O português José Sócrates tornou-se um dos 25 vice-presidentes da Internacional Socialista, ao lado de figuras como o inglês Tony Blair, o espanhol José Luís Rodríguez Zapatero, e o alemão Gerhard Schroeder.

A lista de partidos membros plenos da Internacional Socialista compreende:

- Albânia Partido Socialdemócrata, PSD
- Albânia Partido Socialista de Albânia, SPA
- Alemanha Partido Socialdemócrata de Alemanha, SPD
- Andorra Partido Socialdemócrata de Andorra, PS



- Angola MPLA
- Argelia Frente de las Fuerzas Socialistas, FFS
- Argentina Partido Socialista, PS
- Argentina Unión Cívica Radical, UCR
- Armenia FRA Partido Socialista Armenio
- Aruba Movimiento Electoral del Pueblo, MEP
- Australia Partido Laborista Australiano, ALP
- Austria Partido Socialdemócrata de Austria, SPÖ
- Barbados Partido Laborista de Barbados
- Bélgica Partido Socialista, PS
- Bélgica Partido Socialista, SPA
- Benín Partido Socialdemócrata, PSD
- Bosnia y Herzegovina Partido Socialdemócrata de Bosnia y Herzegovina, SDP BiH
- Brasil Partido Democrático Laborista, PDT
- Bulgaria Partido Socialista Búlgaro, BSP
- Bulgaria Socialdemócratas de Bulgaria
- Burkina Faso Partido por la Democracia y el Progreso/Partido Socialista, PDP/PS
- Cabo Verde Partido Africano de la Independencia de Cabo Verde, PAICV
- Camerún Frente Socialdemócrata, SDF
- Canadá Nuevo Partido Democrático, NDP/NPD
- Chile Partido Por la Democracia, PPD
- Chile Partido Radical Social Demócrata, PRSD
- Chile Partido Socialista, PS
- Chipre Movimiento de los Socialdemócratas EDEK



- Colombia Partido Liberal Colombiano, PLC
- Costa Rica Partido Liberación Nacional, PLN
- Côte d'Ivoire Frente Populaire de Côte d'Ivoire, FPI
- Croacia Partido Socialdemócrata, SDP
- Curazao MAN
- Dinamarca Partido Socialdemócrata
- Ecuador Partido Izquierda Democrática, PID
- Egipto Partido Nacional Democrático, NDP
- Eslovaquia SMER-Social Democracia
- Eslovenia Social Demócratas, SD
- España Partido Socialista Obrero Español, PSOE
- Estados Unidos Socialistas Democráticos de América, DSA
- Estonia Partido Socialdemócrata de Estonia
- Finlandia Partido Socialdemócrata Finlandés, SDP
- Francia Partido Socialista, PS
- Gran Bretaña Partido Laborista
- Grecia Movimiento Panhelénico Socialista, PASOK
- Guinea Asamblea del Pueblo de Guinea, RPG
- Guinea Ecuatorial Convergencia para la Democracia Social, CPDS
- Haití Partido Fusión de los Socialdemócratas Haitianos
- Hungría Partido Socialdemócrata Húngaro, MSzDP
- Hungría Partido Socialista Húngaro, MSzP
- Irlanda Partido Laborista
- Irlanda del Norte Partido Socialdemócrata y Laborista, SDLP



- Islandia Alianza Socialdemócrata de Islandia
- Israel Partido Laborista de Israel
- Israel Partido Yachad
- Italia Demócratas de Izquierda, DS
- Italia Socialistas Democráticos Italianos, SDI
- Jamaica Partido Nacional del Pueblo, PNP
- Japón Partido Socialdemócrata, SDP
- Letonia Partido Obrero Socialdemócrata Letonés, LSDSP
- Líbano Partido Socialista Progresista, PSP
- Lituania Partido Socialdemócrata Lituano, LSDP
- Luxemburgo Partido Obrero Socialista de Luxemburgo, LSAP/POSL
- Ex República Yugoslava de Macedonia Unión Socialdemócrata de Macedonia, SDSM
- Malasia Partido Acción Democrática, DAP
- Mali Partido Africano para la Solidaridad y la Justicia, ADEMA-PASJ
- Malta Partido Laborista de Malta
- Marruecos Unión Socialista de las Fuerzas Populares, USFP
- Mauricio Movimiento Militante de Mauricio, MMM
- Mauricio Partido Laborista de Mauricio
- México Partido de la Revolución Democrática, PRD
- México Partido Revolucionario Institucional, PRI
- Mongolia Partido Revolucionario del Pueblo de Mongolia, MPRP
- Mozambique Partido Frelimo
- Nepal Partido Nepalí del Congreso
- Nicaragua Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN



- Níger Partido para la Democracia y el Socialismo de Níger, PNDS
- Noruega Partido Laborista Noruego, DNA
- Nueva Zelandia Partido Laborista de Nueva Zelandia, NZLP
- Países Bajos Partido Laborista, PvdA
- Pakistán Partido del Pueblo Paquistaní, PPP
- Panamá Partido Revolucionário Democrático, PRD
- Paraguai Partido Revolucionário Febrerista, PRF
- Perú Partido Aprista Peruano, PAP
- Polônia Aliança da Esquerda Democrática, SLD
- Polônia União Trabalhista, UP
- Portugal Partido Socialista, PS
- Porto Rico Partido Independentista Puertorriqueño, PIP
- República Tcheca Partido Socialdemócrata Checo, CSSD
- República Dominicana Partido Revolucionario Dominicano, PRD
- Romênia Partido Socialdemocrata, PSD
- San Marino Partido dos Socialistas e dos Democratistas
- Senegal Partido Socialista, PS
- Serbia e Montenegro Partido Socialdemocrata de Montenegro, SDPM
- África do Sul Congreso Nacional Africano, ANC
- Suécia Partido Socialdemócrata Sueco, SAP
- Suíça Partido Socialdemócrata Suizo
- Tunisia Assembleia Constitucional Democrática, RCD
- Turquia Partido Republicano del Pueblo, CHP
- Uruguai Nuevo Espacio, NE



- Uruguai Partido Socialista do Uruguai, PSU
- Venezuela Acción Democrática, AD

Bibliografia Básica

Adolf Sturmthal. *The Tragedy of European Labor*. Nova Iorque, Putnam, 1952.

Annie Kriegel. *As Internacionais Operárias*. Amadora, Bertrand, 1974.

Edgar Carone. *A II Internacional (1189-1914)*. São Paulo, Edusp, 1993.

Edouard Dolléans. *Histoire du Mouvement Ouvrier*. Paris, Armand Colin, 1946.

G. D. H. Cole. *Historia del Pensamiento Socialista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.

George Lichteim. *Breve Historia del Socialismo*. Madri, Alianza, 1979.

Georges Lefranc. *O Socialismo Reformista*. São Paulo, Difel, 1974.

Jacques Droz. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

Wolfgang Abendroth. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro, 1977.